

A concepção de ética na Educação Popular e o pensamento de Paulo Freire¹

The conception of ethics in the popular education and Paulo Freire's ideas

Patricia Serpa de Souza Batista
patriciaserpa@oi.com.br

Resumo: Este estudo tem como foco uma revisão teórica sobre o tema da ética da Educação Popular, com ênfase nas elaborações de Paulo Freire. Seu objetivo consiste em discutir a concepção freireana de ética a partir de quatro temas inter-relacionados: a ética universal do ser humano, a ética da conscientização e da libertação, a ética do diálogo e da autonomia e a ética no ensino e na formação docente. O desenvolvimento do trabalho demonstrou o compromisso ético e político-pedagógico de Freire com a humanidade, por meio de seu trabalho de educador, escritor e, sobretudo, de ser humano comprometido com a conquista de um mundo melhor, isto é, mais justo e mais solidário.

Palavras-chave: : ética, Educação Popular, Paulo Freire.

Abstract: This article is focused on a theoretical review about ethics in *Popular Education*, with emphasis on Paulo Freire's work. The purpose is to discuss the Freirean conception of ethics based on four inter-related themes: the universal ethics of the human being, the ethics of *conscientização* and of liberation, the ethics of dialogue and autonomy, and the ethics of teaching and teacher training. The development of this study demonstrated Freire's ethical, political and pedagogical commitment with humanity through his work as an educator, writer, and, above all, as a human being committed with the dream of creating a better world, i.e, a world with more justice and solidarity.

Key words: ethics, Popular Education, Paulo Freire.

¹ Parte deste estudo encontra-se na tese de doutoramento que desenvolvemos atualmente, cujo tema é ética na Educação Popular em Saúde.

Introdução

A ética é considerada por Vasquez (1999) como a teoria ou ciência que estuda o comportamento moral do ser humano, ou seja, o comportamento adequado diante dos valores socialmente aceitos pelos grupos a que o ser humano pertence. Ao comportamento moral são atribuídos valores, princípios, regidos por uma sociedade em um determinado momento histórico.

Atualmente, a ética tem sido enfocada por diferentes áreas do conhecimento, ocupando espaço nas discussões sobre meio ambiente, saúde, política, comunicação, educação, entre outras. Isto decorre principalmente do crescente avanço da ciência e da tecnologia, as quais, embora tenham trazido inúmeros benefícios, trouxeram também situações como agressão ao meio ambiente, manipulação genética, pesquisas com células-tronco, entre outras. Procede também de grandes problemas, sobretudo provenientes da política neoliberal, como desigualdades socioeconômicas, exclusões e injustiças sociais, os quais suscitam reflexões éticas sobre o agir do homem na sociedade.

A educação de hoje não pode prescindir do exercício de pensar criticamente sobre estes problemas. Conforme Freire (2000, p. 102), “[...] quanto maior vem sendo a importância da tecnologia hoje, tanto mais se afirma a necessidade de rigorosa vigilância ética sobre ela. De uma ética a serviço das gentes, de sua vocação ontológica, a do *ser mais*”. Por conseguinte, faz-se necessário o desenvolvimento de uma consciência ética que implica uma reflexão sobre o ser humano como um ser de relações que precisa ser respeitado em sua dignidade, em sua capacidade de desenvolver suas potencialidades.

A ética é necessária à vida em sociedade, principalmente na

contemporaneidade, em que as relações humanas estão muito individualistas e competitivas, voltadas para a lógica do mercado, para a concentração de renda; vivenciamos, portanto, um momento em que o ser humano clama por respeito, dignidade, não violência, melhores oportunidades de emprego, de saúde, ou seja, por melhores condições de vida. Para tanto, faz-se necessário valorizarmos a ética, principalmente na prática educativa, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de uma consciência ético-crítica das pessoas, de modo que possam despertar para a luta por uma melhor qualidade de vida.

No âmbito da Educação, Goergen (2005) ressalta que é essencial valorizar a dimensão da ética no processo educativo, com vistas à formação de sujeitos críticos, conscientes de sua responsabilidade para com a construção de uma sociedade mais humana e justa. Uma reflexão sobre a ética, no contexto educacional, remete-nos ao pensamento de Paulo Freire, um educador que tanto contribuiu com os seus escritos e com o seu exemplo de vida para o desenvolvimento de uma prática educativa ética, condizente com propósitos de conscientização e emancipação humana. Nesse sentido, merecem destaque as palavras de Andreola (2001, p. 337), o qual considera que a ética perpassa as obras de Freire e a sua prática educativa:

O que me parece importante é salientar a centralidade da reflexão ética em sua obra e da fundamentação ética do seu discurso pedagógico-político, bem como de toda a sua prática de maior educador do século. A preocupação em salientar esta dimensão ética em Freire significa, da minha parte, um convite a uma releitura de sua obra dentro desta ótica hermenêutica.

Freire não publicou um livro específico sobre o tema da ética;

entretanto, o seu pensamento é permeado por um rigor ético em defesa da dignidade humana. Sua opção humanista se manifesta na ética da libertação e da solidariedade, firmada no compromisso de lutar pelo oprimido, pela justiça social (Streck *et al.*, 2008).

Com base nessas considerações, motivamo-nos a desenvolver este estudo, cujo objetivo é o de descrever a concepção de ética na Educação Popular, a partir do pensamento de Paulo Freire. Para uma melhor compreensão do estudo proposto, iniciaremos tecendo algumas considerações conceituais sobre a Educação Popular, seguidas de subtópicos inter-relacionados, os quais expressam o pensamento de Paulo Freire no contexto da temática em questão. Esperamos que este trabalho possa contribuir para uma reflexão sobre a relevância da ética no pensamento de Paulo Freire e subsidiar o desenvolvimento de novos estudos sobre o assunto.

Ética na Educação Popular: destaque do pensamento de Paulo Freire

A Educação Popular apresentou notoriedade no Brasil, principalmente a partir da década de 1960, tendo como seu principal representante Paulo Freire, que sistematizou o método de Educação Popular, direcionado para a alfabetização de jovens e adultos. Ele propunha uma educação dialógica e problematizadora, voltada à conscientização e à emancipação das camadas empobrecidas da população (Fávero, 1983; Paiva, 2003). Em seu método, Freire partia do conhecimento popular, dos valores, dos costumes, da cultura de um povo, para ensinar a ler e a escrever. Era preciso ensinar a leitura da palavra, mas, principalmente, a leitura do mundo. Compreendendo o ato educativo como um ato

político, este educador fazia da ação para ensinar uma ação cultural para a conscientização daquela população. Sendo assim, refere Paiva (2003, p. 280): “[...] O realce do papel ativo do homem sobre a realidade criando cultura, seria o conteúdo mais adequado para ajudar o analfabeto a superar a sua compreensão mágica do mundo e desenvolver uma postura crítica diante da realidade”.

Atualmente, o desenvolvimento de trabalhos norteados pela Educação Popular tem sido realizado em diversos locais do Brasil. O ideário da Educação Popular continua vigente em vários setores da Educação de Jovens e Adultos, do trabalho social, profissional ou voluntário realizado em áreas urbanas e rurais. Encontra-se na experiência de grupos e de movimentos sociais associados a questões de cidadania, direitos humanos, valores, etc. Essas vivências implicam a formação do sujeito como um ator crítico, criativo, solidário e participante, sendo compatíveis com uma educação cidadã (Brandão, 2002).

A Educação Popular pode ser considerada uma corrente de pensamento, a qual apresenta pressupostos filosóficos, teóricos e metodológicos que favorecem o desenvolvimento da pessoa humana e a sua emancipação. Conforme Melo Neto (2008), esse fenômeno educativo cultiva valores éticos promovedores de atitudes democráticas, direcionadas para a igualdade e liberdade entre os homens, uma vez que apresenta uma base política libertadora que favorece o empoderamento das pessoas e seus coletivos por meio da relação dialógica, do compromisso político e da transformação social.

A prática pedagógica norteadada pela Educação Popular considera a relação dialógica como essência do processo de conhecimento, permitindo o respeito à diversidade e o desenvolvimento de uma prática

política conscientizadora. Mediante a ética do diálogo, ela torna as pessoas mais fortalecidas, mais independentes e capazes de lutar coletivamente por sua emancipação. Essa educação favorece a classe trabalhadora no enfrentamento de realidades desafiadoras do sistema capitalista, tendo em vista a construção de outra lógica pautada em princípios éticos que envolvem o respeito ao ser humano e à sua dignidade.

Em uma perspectiva humanizadora, Calado (2008) afirma que a Educação Popular consiste em uma experiência de formação necessariamente vinculada ao processo de humanização, pois se contrapõe radicalmente ao modelo capitalista dominante da sociedade. Para o autor, trata-se de um processo que pressupõe uma formação permanente, protagonizada por sujeitos individuais e coletivos, visando ao desenvolvimento das mais distintas potencialidades e dimensões do ser humano (biopsicossocial, ecológica, ética, de relação com o sagrado), cuja prática educativa aponta para a construção de uma sociedade economicamente mais justa, politicamente igualitária e socialmente solidária.

A Educação Popular revela também uma ética solidária. Esta se encontra firmada no desenvolvimento da pessoa humana e também no fortalecimento da autoestima, da autonomia e do protagonismo de setores sociais que são excluídos pela lógica capitalista dominante (Holliday, 2006). A ética da solidariedade é fundamental ao desenvolvimento da humanidade. É uma ética que se exercita em defesa dos oprimidos, estando ligada aos ideais de cidadania e de democracia.

A Educação Popular se desenvolve respaldada na intencionalidade política do ato educacional, mediada pelo diálogo, pela valorização do

saber popular, pelo estímulo ao desenvolvimento da conscientização e da autonomia da população, entre outros aspectos. Vasconcelos (2006, p. 294) afirma que, na Educação Popular, o termo popular refere-se ao “[...] projeto político que orienta sua proposta pedagógica: a busca da construção de uma sociedade igualitária e justa por meios participativos, de forma que os mais oprimidos não sejam apenas beneficiados, mas atores centrais do processo de mudança”.

Na sociedade de classes em que vivemos, é preciso que se exercite uma política de valorização de princípios que objetivem a força e o empoderamento de grupos historicamente vulneráveis, como mulheres, negros, idosos, povos indígenas, entre outros, com ações coletivas em defesa dos direitos humanos, como igualdade, justiça. Direitos estes que, por sua vez, vêm acompanhados da ausência de outros tipos de direitos, como, por exemplo, moradia, oportunidade de trabalho, acesso ao serviço de saúde e educação de qualidade, saneamento básico. Nessa perspectiva, a Educação Popular se transforma em um instrumento fundamental direcionado à busca dos direitos humanos, fomentando a construção de uma cidadania democrática, tecida na participação política de todas as pessoas, pautada em princípios éticos da igualdade, do respeito à diversidade e à dignidade humana (Melo Neto, 2007).

A ética, portanto, compõe um dos pilares da Educação Popular e constitui, em conjunto com o caráter epistemológico, pedagógico e político, as bases do legado freireano em sua constante busca de coerência teórico-prática. Nessa concepção, a Educação Popular pressupõe compromisso ético na prática a favor dos oprimidos, visando à transformação

social (Hurtado, 2006).

Ressaltamos que Freire (2006) apresenta uma ética universal dos seres humanos, em defesa da vida e da dignidade humana. Uma ética relacionada com o desenvolvimento de indivíduos capazes de se libertar, mediante uma prática educativa conscientizadora, a qual reconhece o homem como um ser histórico e em permanente disposição para ser mais.

Serão explicitados a seguir aspectos considerados éticos da Educação Popular, à luz do pensamento de Paulo Freire.

A ética universal do ser humano

O estudo da dimensão ética, no pensamento de Freire, faz refletir, inicialmente, sobre a sua concepção de homem. Este autor apresenta o homem como um ser de relações, no mundo e com o mundo, considerando-o um ser histórico, temporal, capaz de interagir com as pessoas e com a sociedade (Freire, 2007).

Freire (2000) considera a história como tempo de possibilidade e pressupõe o homem como um ser inconcluso, construtor de sua própria história e, portanto, com responsabilidade ética por suas avaliações, rupturas e decisões em busca da construção de uma sociedade mais justa e humanizada.

A ética permeia as relações humanas nos diferentes espaços em que os seres humanos vivem. Como afirma Freire (2006, p. 18), “[...] a ética é absolutamente indispensável à convivência humana”. Ela é fundada no respeito entre diferentes que se enriquecem na diversidade cultural. Está associada à criação das condições para a construção da vida em plenitude, pois existir humanamente é vocação de todas as pessoas, independentemente de idade, gênero, profissão (Souza, 2004).

Freire apresentou um sonho possível de uma ética humanista, na sua permanente preocupação com a libertação de homens e mulheres. Uma ética que tem como finalidade a realização plena da vida humana em todas as suas possibilidades, com seus sonhos e utopias, e direcionada ao atendimento das necessidades ontológicas, políticas e éticas da liberdade (Araújo Freire, 2001b).

Esse educador falava de uma ética universal do ser humano, que se contrapõe à lógica dominante do capitalismo, uma vez que esta última enaltece o poder e o lucro, contribuindo para o desenvolvimento de situações de exclusão, de discriminação, de opressão, de exploração da força do trabalho, entre outras. Sobre este aspecto, Freire (2006, p. 15-16) expressa:

A ética de que falo não é a ética menor, restrita do mercado, que se curva obediente aos interesses do lucro. [...] Falo, pelo contrário, da ética universal do ser humano [...] que condena a exploração da força de trabalho do ser humano. [...] A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens e adultos, que devemos lutar.

A ética universal do ser humano é uma ética de respeito à vida, à dignidade humana. Uma ética voltada à conscientização do oprimido, mediante uma prática educativa crítica, com vistas à superação de situações de opressão e exploração vivenciadas, gerando-se um processo de libertação. Freire (1993, p. 91) afirma que a ética ou a qualidade ética da prática educativa libertadora vem da natureza humana, de sua própria necessidade e vocação para o *ser mais*. A ação pedagógica conduz o homem ao despertar da própria

consciência, a acreditar na sua força interior em busca de novas possibilidades de viver com dignidade.

São bastante frequentes as passagens dos textos freireanos que situam a ética como um dos valores axiais do ser humano, principalmente considerando a sua vocação ontológica de *ser mais*. O ser humano, historicamente situado, mostra-se perfectível, em permanente devir. É chamado a desenvolver suas potencialidades, exercitado pelo trabalho transformador de si, do mundo e da História, as quais o direcionam aos utópicos rumos da liberdade. Deste modo, a educação integral do ser humano, tal como Freire a considera, cumpre um papel indispensável no processo de desenvolvimento contínuo do homem na sociedade em que vive (Calado, 2001).

É oportuno destacar que essa busca de *ser mais* deve realizar-se de forma contínua e com os homens em comunhão, unidos pelos laços invisíveis da solidariedade, da ajuda mútua, não se dando, portanto, em relações antagônicas. Sobre esse aspecto, Freire (2005, p. 86) menciona: “Ninguém pode ser, autenticamente, proibindo que os outros sejam. Essa é uma exigência radical. O *ser mais* que se busque no individualismo conduz ao ter mais egoísta, forma de ser menos. De desumanização”.

Logo, na relação que se estabelece entre opressores e oprimidos, a negação ao homem do direito de *ser mais* explicita a “negatividade extrema, sob os pontos de vista ético e ontológico, da relação dialética opressor-oprimido”. Isso significa a negação absoluta do compromisso humano com a vida, pois não é possível afirmar e realizar a vida, *ser mais*, com base na negação desse direito ao outro (Andreola, 2001, p. 339).

A fim de proporcionar uma mudança nesta situação de opressão, a educação proposta por Freire

favorece o desenvolvimento das potencialidades do educando, mediante uma relação dialogada, a qual reconhece os sujeitos como seres protagonistas de sua própria história, capazes de buscarem coletivamente a melhoria de sua própria realidade.

A ética do diálogo e do respeito à autonomia

O diálogo “[...] constitui-se no elemento ético básico de toda a formulação e exercícios educativos freireanos”. Na Educação Popular, contribui para a superação das formas de opressão, para a liberdade da prisão da ignorância e da inconsciência, numa pedagogia emancipatória, orientada pela interpretação do mundo, considerando que todos se educam pelo diálogo, intersubjetivamente (Melo Neto, 2004, p. 95).

Nesse sentido, o diálogo expresso mediante a Educação Popular não é qualquer diálogo que se constitui entre pessoas, mas é um diálogo específico, diferenciado. Este pode ser considerado um instrumento para a problematização da realidade opressora, para o fortalecimento das pessoas exploradas, para a construção de estratégias de enfrentamento e luta. Portanto, este diálogo norteado pela pedagogia freireana pode ser compreendido como um elemento ético, pois está articulado à construção de um novo porvir baseado nas ideias de emancipação e liberdade, esta última entendida como a busca da libertação das condições sociais e políticas injustas, desumanas, opressoras, vivenciadas pelas camadas empobrecidas da população.

Conforme Araújo Freire (2001b, p. 78), a teoria da ação dialógica proposta por Freire diz respeito a uma ética libertadora, porque “[...] parte das condições reais

malvadamente estabelecidas pelos dominantes na história, propondo a superação dessas distorções”. É por meio da prática do diálogo que os homens como seres inacabados vão formulando coletivamente os seus pensamentos para juntos construir o processo gradativo de conscientização e de ação libertadora da opressão. O diálogo, portanto, encontra-se inerente à práxis libertadora. Ele permite que sejam construídas, coletivamente, reflexões críticas sobre a realidade opressora vivenciada, com vistas à realização de ações coletivas direcionadas à transformação.

Cabe destacar que este diálogo é realizado respeitando-se os conhecimentos que cada pessoa traz consigo, que foram adquiridos ao longo de sua história de vida. Assim, ele favorece o compartilhar de saberes, a partir das próprias vivências, sendo uma necessidade da existência humana. Em outros termos: mediante a relação dialogada, todas as pessoas ensinam e aprendem, viabilizando a construção coletiva do conhecimento. Portanto, como refere Freire (2001a), o diálogo é o encontro entre os homens mediatizados pelo mundo e através do qual eles ganham significação na sua existência no mundo.

Ressaltamos, ainda, que o diálogo é condição essencial na tarefa do educador, que, numa visão dialética, deve participar dele de forma autêntica, deixando que o educando se pronuncie de maneira plena e, assim, exerça o seu direito à palavra. Dessa forma, a prática educativa requer do educador uma conduta ética que envolva, entre outros aspectos, o respeito às diferenças de ideias e de posições do educando, quando estas forem contrárias às dele. Sobre esse aspecto, Freire (1997, p. 78) afirma:

O que sobretudo me move a ser ético é saber que, sendo a educação, por sua própria natureza, diretiva e política, eu devo, sem jamais negar meu sonho ou minha utopia aos educandos, respeitá-los. Defender com seriedade, [...] uma posição, uma preferência, estimulando e respeitando, ao mesmo tempo, o direito ao discurso contrário, é a melhor forma de ensinar.

Destarte, é na prática educativa que os educandos vão aprendendo que têm o direito de defender suas formas de pensar, suas ideologias, mas cumpre-lhes saber que também são sujeitos que precisam respeitar o discurso e o direito do outro. É na educação dialógica, pautada no respeito mútuo, que as pessoas vão construindo sua autonomia e direcionando-se para a emancipação individual e coletiva.

A ética na Educação Popular também se refere à autonomia dos sujeitos. Segundo Freire (2006), a autonomia na prática educacional é um imperativo ético; portanto, deve ser respeitada pelo educador em seu trabalho cotidiano. A autonomia se relaciona com o direito que a pessoa tem de decidir sobre si mesma, de agir sem constrangimento de qualquer força externa. Entretanto, a autonomia no contexto da Educação Popular vai mais além, porquanto apresenta também a intencionalidade política firmada na luta diária coletiva empreendida em busca de melhores condições de vida: emprego e renda, salário digno, educação de qualidade, assistência qualificada à saúde, etc. À medida que as pessoas vão se percebendo mais autônomas, vão se sentindo mais fortalecidas para lutar eticamente por aquilo em que acreditam.

Portanto, a autonomia na Educação Popular é completamente diferente da autonomia propiciada pelo atual liberalismo, pois esta

se encontra firmada na liberdade individualista que as pessoas têm de utilizar seus conhecimentos e recursos para a consecução de benefícios e desejos individuais, estando ligadas ao consumismo exagerado, à exploração de mão de obra, à opressão dos mais fracos, ao seu próprio bem-estar material, entre outros.

Podemos destacar que a autonomia vai se constituindo aos poucos, a partir da experiência proporcionada pelas decisões que vão sendo tomadas pela pessoa ao longo do tempo, sendo um processo, um vir a ser. A prática educativa favorece a conquista da autonomia cotidianamente, mediante ações que envolvem aspectos como a valorização dos diferentes saberes, o respeito à liberdade de expressão, ao uso da palavra e às decisões da vida de outrem e, principalmente, o estímulo à participação ativa das pessoas nas decisões da coletividade, no controle social.

Além disso, a autonomia pressupõe responsabilidade, pois, segundo Freire (2006), é preciso também assumir responsabilmente, com ética, as decisões na vida e as suas consequências para si e para outrem. A autonomia e a responsabilidade também acontecem quando são identificadas as necessidades mais prementes daquela população, como sociais, educacionais, de saúde, as quais requerem uma atuação mais firme da coletividade. A responsabilidade social promove comprometimento, inclusão, participação coletiva nas decisões e implementações de ações no âmbito comunitário.

Assim, o desenvolvimento da autonomia torna as pessoas mais seguras, capazes de enfrentar desafios e de lutar pelos seus direitos, sentindo-se protagonistas da própria vida. Numa atitude autêntica, as pessoas vão se libertando aos poucos de sua condição de oprimidos,

construindo sua própria história. Sendo assim, a prática educativa dialógica e firmada na autonomia está vinculada à intencionalidade política de conscientização do educando, ao fortalecimento dos ideais de cidadania, de democracia e de emancipação popular.

A ética da conscientização e da libertação

Vivenciamos um sistema de dominação por meio do qual a valorização do lucro e do poder atende aos interesses das minorias, sendo necessária uma pedagogia que conscientize o oprimido com o desenvolvimento de uma consciência crítica, de uma organização política e de uma atitude de altivos e protagonistas. Assim, ele poderá problematizar e buscar compreender a sua realidade, sentindo-se capaz e em condições de lutar por seus direitos e por uma melhor qualidade de vida.

Daí decorre a necessidade de os homens, os oprimidos, passarem de uma consciência considerada ingênua para a conquista de uma consciência crítica, capaz de conduzi-los a um processo de libertação. Freire (2001a) refere que, na aproximação espontânea que o homem faz do mundo, a posição frequente é a de uma posição ingênua. Já a conscientização está associada ao conhecimento crítico da realidade, que implica uma atitude de ação-reflexão permanente sobre essa realidade, visando-se à transformação.

Freire (2005) afirma que a pedagogia do oprimido, considerada como humanista e libertadora, tem dois momentos: o primeiro ocorre quando os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e se comprometendo com a sua transformação a partir da práxis; o segundo

acontece quando, transformada a realidade opressora, essa pedagogia deixa de ser a do oprimido e passa a ser a dos homens em processo permanente de libertação.

O filósofo Dussel (2007), ao discurrir sobre a ética da libertação, faz menção a Freire, considerando-o um educador da consciência ético-crítica das vítimas, dos oprimidos, dos condenados da terra em comunidade. Segundo o autor, mediante a ação pedagógica voltada ao exercício da razão crítica das estruturas que oprimem o educando, ocorre, de forma progressiva, uma tomada de consciência. Desse modo, o ser humano começa a discernir, a partir da imaginação criadora (libertadora), alternativas (possíveis) de transformação em que este possa viver.

A ação político-pedagógica proposta por Freire se exerce nos sujeitos históricos responsáveis por sua própria libertação. A natureza política da educação está na atuação do educador, que poderá favorecer uma reflexão crítica do educando sobre a sua situação concreta de vida. Nesse sentido, Freire (2000, p. 58) assevera que a educação “[...] não pode jamais ser neutra; tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos à realidade”.

Freire (1993, p. 92) ensina que a educação para a libertação tem como imperativo ético e político “a desocultação da verdade”. Sendo assim, a prática educativa, que não é neutra, apresentará uma intencionalidade política voltada para a conscientização do educando sobre a verdadeira realidade que ele vivencia e que pode envolver injustiças sociais, discriminações, exclusões, entre outras situações, com vistas à organização e à luta contra a opressão. Como referem Vasconcelos e Oliveira

(2009, p. 140): “Um ser humano que se conhece mais, que se reconhece histórico e social e que percebe as condições opressoras do contexto em que está inserido tem maiores possibilidades de libertar-se dessa opressão”. Nessa perspectiva, o indivíduo não aceita discriminações ou injustiças de qualquer natureza e tende a juntar-se aos seus companheiros para lutar por seus direitos.

Daí a importância de os educandos receberem uma formação adequada, condizente com a proposta freireana, ou seja, em consonância com a responsabilidade ética de exercer uma prática educativa de qualidade que privilegie a consciência crítica e a autonomia dos sujeitos, que os conduz a um processo de libertação.

A ética no ensino e na formação docente

No processo educativo, a responsabilidade ética permeia tanto a formação para exercer a docência quanto o exercício da tarefa docente, em cujo cotidiano a ética deve nortear o professor desde a escolha de conteúdos até o modo de conduzir o processo educativo, que deve ser de respeito aos educandos (Freire, 2006). Portanto, em qualquer lugar em que esteja executando a sua tarefa junto aos estudantes, o educador precisa pautar as suas ações com responsabilidade pelo que faz, respeitando os estudantes e seus modos de pensar, revelando abertura para aprender com o diferente e valorizando a leitura do mundo mediante a relação dialógica, no ato de ensinar. Ademais, o respeito ao educando inclui rejeição a qualquer atitude que denote exclusão ou discriminação. Conforme o autor, a prática preconceituosa sobre raça, classe, gênero e cultura ofende o ser humano e nega

radicalmente a democracia, sendo, portanto, uma atitude antiética de total desrespeito ao ser humano.

Freire (2006, p. 32) destaca também, em seus escritos, que ensinar requer uma “[...] rigorosa formação ética ao lado sempre da estética. Decência e boniteza de mãos dadas”. Revela, dessa forma, a importância de o professor associar a dimensão crítica e criativa na construção do conhecimento com ações que abrangem o despertar da consciência do educando, com metodologias que envolvem, por exemplo, o uso da expressão artística, do teatro, entre outros. De acordo com Freire e Shor (2006), a educação é, por natureza, um exercício estético: os gestos, a entonação da voz, o caminhar, a postura e a consideração do conhecimento como algo belo são aspectos pertinentes de serem valorizados pelo professor na formação dos estudantes.

É importante ressaltar que o professor progressista deve realizar uma atividade compatível com o respeito aos direitos humanos, inclusive ao direito que homens e mulheres de classes populares têm de participar na produção do conhecimento. A educação em direitos humanos “[...] é aquela que desperta os dominados para a necessidade da organização, da mobilização crítica, justa, democrática, séria, rigorosa, disciplinada, sem manipulações, com vistas à reinvenção do mundo” (Freire, 2001b, p. 97).

A dimensão da ética na obra de Paulo Freire também se expressa no processo de formação de professores. Nesse aspecto, é importante que os futuros professores e professoras participem de uma discussão sobre “[...] o que significa ser ético num mundo que está tornando-se mais profundamente aético, à medida que os seres humanos estão tornando-se cada vez mais desumanizados pelas

prioridades do mercado” (Freire, 2001c, p. 67). Segundo o autor, o que mantém um professor vivo como um educador libertador é a clareza política – condição para se entender as manipulações ideológicas que atendem ao mercado neoliberal para, então, agir de um modo que contribua para se criar um mundo menos discriminatório e mais humano.

A formação do educador deve pautar-se no conhecimento e análise crítica sobre a realidade, no respeito à diversidade, na natureza ética das relações interpessoais, na participação social e, principalmente, na reflexão contínua sobre as ações (Vasconcelos e Oliveira, 2009). Deve ser entendida como um processo permanente, um exercício crítico daquilo que se faz, da experiência prática, a fim de compreender verdadeiramente o que significa ensinar (Freire e Horton, 2003).

Tomando como base o pensamento de Paulo Freire, afirma Gadotti (2007, p. 12) sobre o professor do século XXI:

Espera-se do professor do século XXI que tenha paixão de ensinar, que esteja aberto para sempre aprender, aberto ao novo, que tenha domínio técnico-pedagógico [...] Espera-se que saiba pesquisar, que saiba gerenciar uma sala de aula, significar a aprendizagem dele e de seus alunos. [...] Espera-se, sobretudo, que seja ético. Não é competente o professor que não é ético. A ética faz parte da natureza mesma do ser professor.

A ética perpassa o ensino e a formação do docente em todos os momentos. Está presente na educação dialógica, na construção coletiva do conhecimento, na valorização do saber do educando, na reflexão sobre as próprias ações, na luta por uma educação conscientizadora e transformadora.

Considerações finais

O desenvolvimento deste estudo permitiu uma compreensão da concepção da ética na Educação Popular, considerando o pensamento de Paulo Freire. Esse eminente educador se reportava a uma ética universal, em defesa da vida e da dignidade humana e direcionada ao desenvolvimento integral do ser humano e à transformação social.

Freire apresentou uma ética que se contrapõe à ideologia dominante da sociedade capitalista, que enaltece o individualismo, o poder e o lucro de uma pequena parte da população, em detrimento de uma parcela significativa de pessoas que vivenciam a pobreza, a falta de emprego, a dificuldade de acesso à saúde e à educação de qualidade, entre outros. É por essas pessoas consideradas injustiçadas socialmente que Freire lutou em toda a sua vida como educador e como cidadão.

Estes aspectos abordados nos fazem refletir sobre a importância de formar educadores que não se atenham “apenas à técnica”, mas sejam verdadeiramente “professores progressistas” (Freire, 2001b, p. 97), isto é, educadores que se empenhem na concretização dos direitos humanos, que promovam permanentemente reflexões críticas sobre suas ações, com vistas à realização de uma prática educativa ética, voltada para o desenvolvimento de seres humanos responsáveis, capazes de lutar por melhores condições de vida e de construir coletivamente a conquista emancipatória.

Cabe ressaltar que Freire “[...] ofereceu uma teoria que nos possibilita tornarmos-nos conscientes de nosso papel como sujeitos éticos da história, portanto, capazes de viabilizar, se queremos, por ações culturais movidas pelos sonhos, a

utopia libertadora” (Araújo Freire, 2001a, p. 15).

Por conseguinte, é importante estimularmos o desenvolvimento de atividades norteadas pela Educação Popular, a exemplo da ampliação de grupos de educação de jovens e adultos, do estímulo à articulação de movimentos sociais, do incremento à realização de pesquisas nesta área. Desse modo, estaremos contribuindo com o fortalecimento de uma prática educativa crítica, conscientizadora, libertadora.

Essas considerações sobre a concepção da ética na Educação Popular nos fizeram perceber o compromisso ético e político-pedagógico de Paulo Freire com a humanidade, em seu trabalho de educador, escritor e, sobretudo, de ser humano comprometido com o sonho da conquista de um mundo melhor – mais justo, solidário e, portanto, ético.

Referências

- ANDREOLA, B.A. 2001. *Radicalidade ética da pedagogia do oprimido*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, III, Recife, 2001. *Anais...* Recife, 2001. Disponível em: <http://www.paulofreire.org.br>. Acesso em: 10/08/2007.
- ARAÚJO FREIRE, A.M. 2001a. Apresentação. In: A.M. ARAÚJO FREIRE (org.), *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo, UNESP, p. 13-26.
- ARAÚJO FREIRE, A.M. 2001b. *A reinvenção de uma sociedade mais ética: o sonho possível de Paulo Freire*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, III, Recife, 2001. *Anais...* Recife, 2001. Disponível em: <http://www.paulofreire.org.br>; Acesso em: 10/08/2007.
- BRANDÃO, C.R. 2002. *A Educação Popular na escola cidadã*. Petrópolis, Vozes, 455 p.
- CALADO, A.J.F. 2001. *Paulo Freire: sua visão de mundo, de homem e de sociedade*. Caruaru, Fafica, 70 p.
- CALADO, A.J.F. 2008. Educação Popular como processo humanizador: quais

protagonistas? In: L.T. LINS; V. de L.B. OLIVEIRA, *Educação Popular e movimentos sociais: aspectos multidimensionais na construção do saber*. João Pessoa, Editora Universitária, p. 225-242.

- DUSSEL, E. 2007. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 671 p.
- FÁVERO, O. (org.). 1983. *Cultura popular e Educação Popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 283 p.
- FREIRE, P. 1993. *Política e educação*. São Paulo, Cortez, 119 p.
- FREIRE, P. 1997. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo, Paz e Terra, 245 p.
- FREIRE, P. 2000. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. 7ª ed., São Paulo, Editora UNESP, 134 p.
- FREIRE, P. 2001a. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo, Centauro, 102 p.
- FREIRE, P. 2001b. Direitos humanos e educação libertadora. In: A.M. ARAÚJO FREIRE (org.), *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo, UNESP, p. 93-104.
- FREIRE, P. 2001c. Educando o educador. In: A.M. ARAÚJO FREIRE (org.), *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo, UNESP, p. 55-84.
- FREIRE, P. 2005. *Pedagogia do oprimido*. 42ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 213 p.
- FREIRE, P. 2006. *Pedagogia da autonomia*. 33ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 148 p.
- FREIRE, P. 2007. *Educação como prática da liberdade*. 30ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 158 p.
- FREIRE, P.; HORTON, M. 2003. Educação e mudança social. In: B. BELL; J. GAVENTA; J. PETERS (orgs.), *O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social*. Petrópolis, Vozes, p. 191-212.
- FREIRE, P.; SHOR, I. 2006. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. 11ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 224 p.
- GADOTTI, M. 2007. *Reinventando Paulo Freire na escola do século XXI*. Disponível em: <http://www.isecure.com.br/anpae/342.pdf>. Acesso em: 09/07/2008.
- GOERGEN, P. 2005. Prefácio. In: J.C. LOMBARDI; P. GOERGEN (orgs.), *Ética e educação: reflexões filosóficas e históricas*. Campinas, Autores Associados, p. 1-17.

- HOLLIDAY, O. J. 2006. Resignifiquemos as propostas e práticas de Educação Popular perante os desafios históricos contemporâneos. In: P. PONTUAL; T. IRELAND (orgs.), *Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas*. Brasília, Ministério da Educação, p. 233-239.
- HURTADO, C.N. 2006. Contribuições para o debate Latino-Americano sobre a vigência e a projeção da Educação Popular. In: P. PONTUAL; T. IRELAND (orgs.), *Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas*. Brasília, Ministério da Educação, p. 147-155.
- MELO NETO, J.F. de. 2004. *Educação Popular: enunciados teóricos*. João Pessoa, Editora Universitária, 118 p.
- MELO NETO, J.F. de. 2007. Educação Popular em direitos humanos. In: R.M.G. SILVEIRA; A.A. DIAS; L.F.G. FERREIRA; M.L.P.A.M. FEITOSA; M.N.T. ZENAIDE (orgs.), *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa, Editora Universitária, p. 429-440.
- MELO NETO, J.F. de. 2008. Educação Popular: sistema de teorias intercomunicantes. In: A. da S. ROSAS; J.F. de MELO NETO (orgs.), *Educação Popular: enunciados teóricos*. João Pessoa, Editora Universitária, vol. 2, p. 15-33.
- PAIVA, V. 2003. *História da Educação Popular no Brasil: Educação Popular e educação de jovens e adultos*. 6ª ed., São Paulo, Loyola, 527 p.
- SOUZA, J.F. 2004. *Ética, política e pedagogia na perspectiva freireana*. Recife, Bagaço, 114 p.
- STRECK, D.R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J.J. 2008. *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 445 p.
- VASCONCELOS, E.M. 2006. Formar profissionais de saúde capazes de cuidar do florescer da vida. In: E.M. VASCONCELOS; L.C. FROTA; E. SIMON (orgs.), *Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde*. São Paulo, Hucitec, p. 265-308.
- VASCONCELOS, V.O.; OLIVEIRA, M.W. 2009. Educação Popular: uma história, um *que-fazer*. *Educação Unisinos*, 13(2):135-146. <http://dx.doi.org/10.4013/edu.2009.132.05>
- VÁSQUEZ, A. S. 1999. *Ética*. 19ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 302 p.

Submetido: 19/08/2010
Aceito: 12/09/2011